



CONCURSO PÚBLICO N.º 107/UMC/DGT/2021

PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM
DAS SERRAS DA LOUSÃ E DO AÇOR (PRGP SLA)

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

*Resumo Não-Técnico
(versão para consulta das entidades competentes)*

LISBOA, AGOSTO DE 2022

EQUIPA TÉCNICA

Cristina Marta-Pedroso

Lia Laporta

Marco Henriques

ATTHIS CONSULTING | Ambiente e Economia dos Recursos Naturais
cmartapedroso@atthisconsulting.pt

Índice

1	INTRODUÇÃO E OBJETIVOS	5
2	OBJETO DA AVALIAÇÃO: PRGP DA SERRA DA LOUSÃ E AÇOR (PRGP SLA)	7
3	ABORDAGEM METODOLÓGICA DA AVALIAÇÃO	9
4	FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, CRITÉRIOS E INDICADORES PARA A AVALIAÇÃO	12
5	OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PRGP SLA	15
	Cenário 2030	15
	Cenário 2050	17
6	AVALIAÇÃO POR FATOR CRÍTICO DE DECISÃO	21
	FCD 1 Capital Natural e aos Serviços de Ecossistema (SE)	21
	Objetivo Estratégico 1: Promoção da biodiversidade e a sua conservação	21
	Objetivo Estratégico 2: Promoção de paisagem com maior valor ambiental	22
	Objetivo Estratégico 3: Promoção de paisagem com maior valor ambiental	22
	FCD 2 – A Resiliência da Paisagem Rural	23
	Objetivo Estratégico 4: Prevenção e redução do risco de incêndio	23
	Objetivo Estratégico 5: Prevenção e redução da exposição aos riscos associados a eventos climáticos extremos, à luz das alterações climáticas	24
	Objetivo Estratégico 6: Prevenção e redução da exposição a agentes bióticos	24
	FCD 3 – A Atratividade e o Desenvolvimento Económico	25
	Objetivo Estratégico 7: Fomentar a atratividade e a fixação da população	26
	Objetivo Estratégico 8: Diversificar a economia local	26
	FCD 4 – A Governança e a Articulação	27
	Objetivo Estratégico 9: Articular competências na gestão territorial	27
	Objetivo Estratégico 10: Articular instrumentos para a gestão territorial	28
	Objetivo Estratégico 11: Promover a consciência cívica na gestão territorial	29
	Objetivo Estratégico 12: Monitorizar e fiscalizar	30
7	CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO E RECOMENDAÇÕES	31
8	REFERÊNCIAS	33
9	GLOSSÁRIO	34

Índice de Figuras

Figura 1 Processo de AAE para o PRGP SLA	6
Figura 2 Enquadramento dos PRGP no Plano de Transformação da Paisagem	7
Figura 3 Limites geográficos do PRGP SLA	8
Figura 4 Proposta de Desenho da Paisagem - Cenário 2030 - Médio Prazo	15
Figura 5 Proposta de Desenho da Paisagem - Cenário 2050	18

Índice de Quadros

Quadro 1 Principais elementos de avaliação em cada fase da AAE e abordagem metodológica na AAE do PRGP SLA	10
Quadro 2 Definição dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD) da AAE do PRGP-SLA e justificação para sua seleção	12
Quadro 3 Objetivos, critérios de avaliação e indicadores mobilizados para a AAE do PRGP SLA, por Fator Crítico de Decisão (FCD)	13
Quadro 4 Quantificação das áreas e dos usos propostos para o Cenário 2030	17
Quadro 5 Quantificação das áreas e dos usos propostos para o Cenário - 2050	19
Quadro 6 Síntese dos principais efeitos do PRGP SLA	31

1 Introdução e Objetivos

O presente documento consiste na versão para a consulta às entidades do Resumo Não-Técnico da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do **Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Lousã e do Açor (PRGP SLA)**.

Conforme disposto no Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho, com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011 de 4 de maio, “fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente” (art.º 1.º DL 232/2007, de 15 de junho). Da execução do Decreto-Lei referido, relativo à AAE, resulta a transposição para ordem jurídica interna das Diretivas n.ºs 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio, que visam garantir um método de elaboração de planos e programas capaz de identificar potenciais efeitos significativos no ambiente desde o início da sua realização.

Os Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP), dos quais faz parte o PRGP SLA, configuram **programas setoriais**¹ “*dirigido a territórios que apresentam vulnerabilidades específicas associadas à organização do território, visando a prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas, através do ordenamento e gestão da paisagem e da adoção de medidas específicas de intervenção*”, conforme exposto no ponto 1 do artigo 7º do Capítulo II do Decreto-Lei 28-A/2020 de 26 de junho, na sua redação mais atual. A obrigatoriedade de AAE para programas setoriais como o PRGP SLA decorre do exposto no Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de setembro, com redação atual pelo Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, que define o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) e que estipula a sujeição de programas setoriais a AAE (ou justificação perante inexigibilidade) (artigo 47, alínea g).

O objetivo de uma AAE é apoiar o processo de tomada de decisão, visando a promoção do desenvolvimento sustentável, entendido como um desenvolvimento que seja economicamente eficaz, socialmente equitativo, ecologicamente conservador e institucionalmente ancorado. A AAE deve permitir atuar em antecipação face aos efeitos exetáveis do objeto (Plano ou Programa) em apreço em termos ambientais (atendendo não só à dimensão biofísica mas também social, económica e institucional) a longo prazo.

Assim, a AAE do PRGP SLA surge concomitante à sua elaboração e antes da sua aprovação, prendendo-se com a necessidade da prévia avaliação dos seus potenciais impactos no ambiente. O **objetivo da AAE do PRGP SLA** é o de assegurar a sustentabilidade das intervenções propostas no seu âmbito através da avaliação antecipada de possíveis efeitos significativos no ambiente, no seu entendimento alargado, que podem decorrer da sua implementação. A metodologia adotada nesta AAE reflete não só as mais recentes orientações metodológicas avançadas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) (Partidário, 2012), como também as orientações avançadas pela Direção-Geral do Território (DGT 2021).

A AAE do PRGP SLA desenvolveu-se ao longo de **três fases**, em paralelo e em estreita integração com o desenvolvimento da própria proposta de transformação da paisagem do PRGP SLA. As fases da AAE

¹ Planos programáticos de políticas setoriais com expressão territorial à escala regional ou nacional.

e respetivos passos estão patentes na Figura 1, onde se evidencia a sua articulação com os processos de participação e elaboração do próprio PRGP.

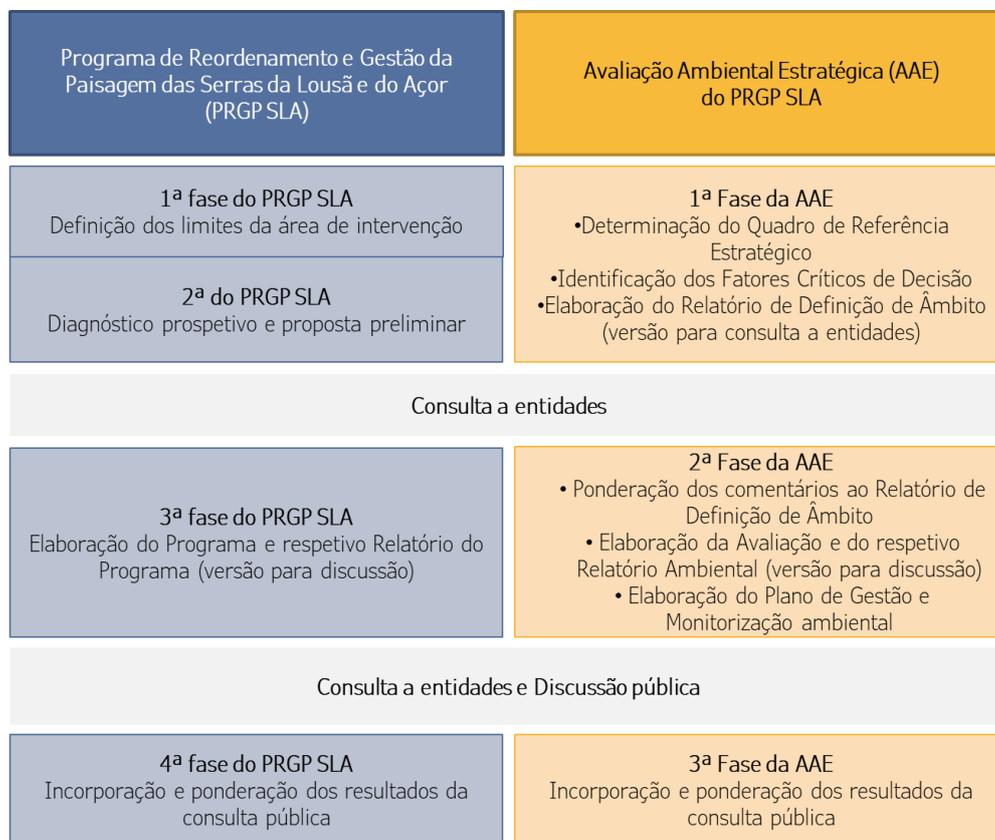


Figura 1 Processo de AAE para o PRGP SLA

2 Objeto da Avaliação: PRGP da Serra da Lousã e Açor (PRGP SLA)

O Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Lousã e do Açor (PRGP SLA) é um programa setorial criado ao abrigo do Plano de Transformação da Paisagem (PTP), aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, constituindo uma de quatro medidas programáticas preconizadas no PTP e que configura um instrumento de planeamento estratégico para o ordenamento do território.

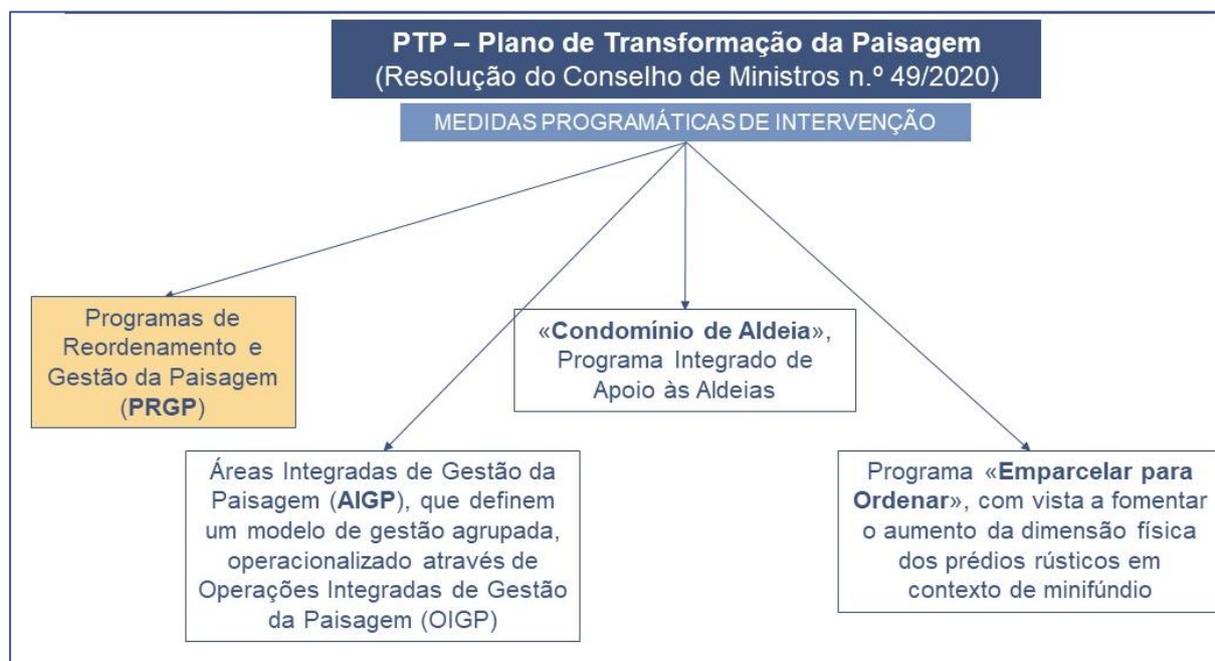


Figura 2 Enquadramento dos PRGP no Plano de Transformação da Paisagem

O principal objetivo dos programas setoriais denominados PRGP assenta na definição de um modelo macro de intervenção para o território e prioridades de ação com vista à valorização do capital natural e florestal e promoção da resiliência dos espaços rurais, baseados numa matriz de transformação da paisagem atual. Desta forma, a implementação dos PRGP baseia-se numa visão estratégica para os espaços florestais onde se pretende *“uma floresta ordenada, biodiversa e resiliente, conjugada com um mosaico agrícola, agroflorestal e silvopastoril, capaz de prestar diversos serviços ambientais e de sustentar as atividades económicas que lhes estão associadas, reduzindo significativamente a severidade da área ardida e melhorando a atratividade dos territórios rurais e a qualidade de vida das suas populações”* (Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020).

Os quatro objetivos estratégicos dos PRGP são:

- 1. Promover o ordenamento e a multifuncionalidade da floresta**, instalando povoamentos ordenados, biodiversos e resilientes, conjugados com mosaicos agrícolas, silvo-pastoris e de áreas abertas, capazes de sustentar a exploração e gestão das atividades económicas associadas, de prestar serviços ambientais diversos e de reduzir significativamente o risco de incêndio e a severidade da área ardida, assegurando a acumulação duradoura do carbono;
- 2. Promover as atividades agrícolas, agro-pastoris e as pastagens naturais**, valorizando a agricultura sustentável, de produção biológica e de conservação e incentivando a produção e consumo da

pequena agricultura de proximidade, contribuindo para a constituição de espaços de descontinuidade que reduzam a progressão de incêndios e contribuam para promover o uso produtivo e regenerativo do capital natural;

3. Promover a valorização do capital natural e cultural, garantindo o incremento da biodiversidade, a proteção e regeneração dos recursos solo e água e a remuneração dos serviços dos ecossistemas insuficientemente valorizados pelo mercado e fomentando a criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para atividades agrícolas, silvícolas, silvopastoris, cinegéticas e turísticas;

4. Promover uma nova economia para os territórios rurais, que valorize os ativos territoriais locais e providencie maiores rendimentos e qualidade de vida às populações, respeitando a aptidão dos solos, incrementando a resiliência e valorizando o território através da gestão da paisagem.

O limite da área de intervenção do PRGP SLA integra 10 freguesias de seis concelhos (Arganil, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra e Pedrógão Grande) e totaliza quase 55 mil hectares (aproximadamente 54 839 hectares) (Figura 3). A paisagem da região abrangida é caracterizada, genericamente, por um relevo muito movimentado (e.g., 70% da área com declive superior a 25%), com elevada altitude, onde o uso do solo dominante é fortemente marcado pela monocultura de eucalipto e também áreas de matos. Esta predominância de ocupação florestal está de acordo com a baixa expressão dedicada à agricultura, com cerca de 14 % da área. Do ponto de vista da conservação, a área abrangida inclui o Complexo do Açor (PTCON0051) e a Serra da Lousã (PTCON0060), ambos Sítios de Importância Comunitária (SIC) da Diretiva Habitats (92/43/EEC).

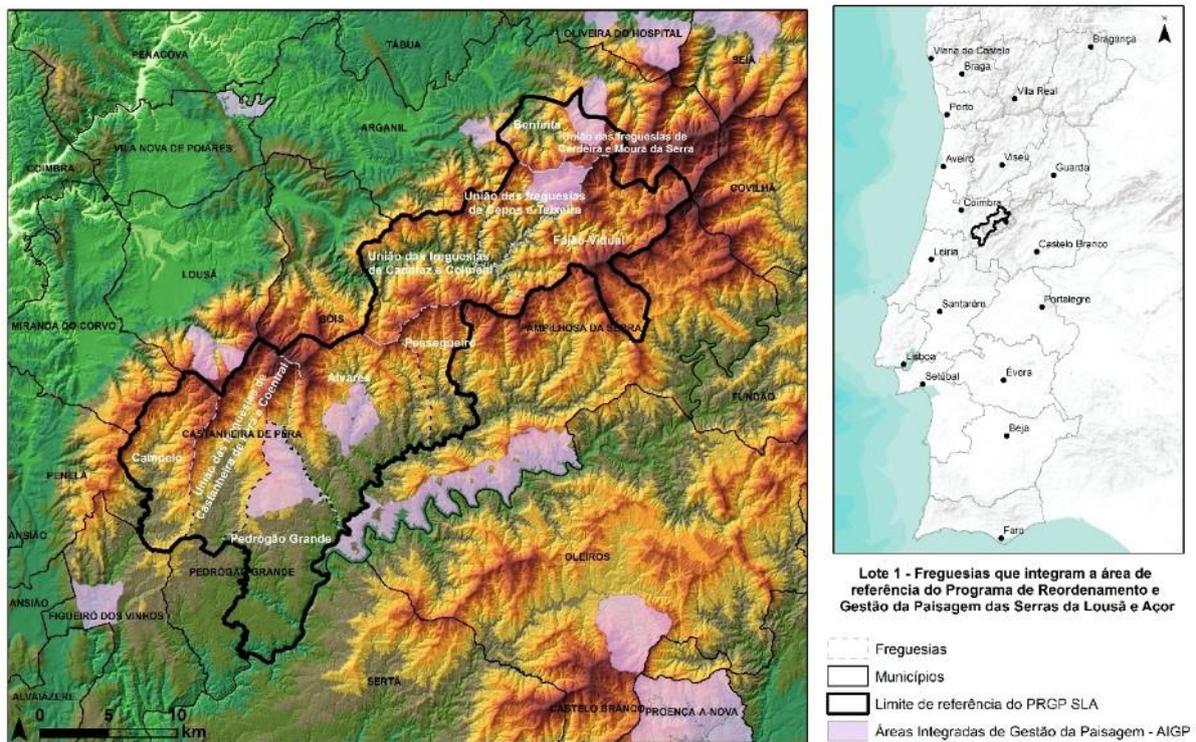


Figura 3 Limites geográficos do PRGP SLA

3 Abordagem Metodológica da Avaliação

A abordagem metodológica adotada para a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do PRGP SLA suporta-se nas recomendações da Diretiva nº 2001/42/CE, de 27 de junho, nas disposições do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de junho, nas orientações metodológicas da Agência Portuguesa do Ambiente constantes do “Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica” (Partidário, 2012) e, ainda, nas orientações da Direção-Geral do Território (DGT) constantes do documento “Formação dos planos territoriais: Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental” (DGT 2021).

Segundo Partidário (2012), a AAE deve ser conduzida em simultâneo com a elaboração do Plano/Programa objeto da avaliação e deve acautelar os processos de consulta e envolvimento de entidades e do público legalmente previstos. Resulta desta abordagem que a AAE do PRGP SLA seja complementar à conceção do próprio PRGP SLA, integrando, sempre que possível, não só os elementos de trabalho produzidos no que respeita ao seu diagnóstico e às opções de desenvolvimento preconizadas, como também os resultados obtidos no âmbito dos momentos participativos realizados.

Quatro elementos fundamentais asseguram a análise de sustentabilidade que se pretende nas primeiras duas fases da AAE (conforme Figura 1), conforme sumarizado no (Quadro 1). A abordagem metodológica adotada na presente AAE, para cada elemento de avaliação, está igualmente sumarizada no Quadro 1.

Quadro 1 Principais elementos de avaliação em cada fase da AAE e abordagem metodológica na AAE do PRGP SLA

Fase da AAE	Elemento de Avaliação	Abordagem Metodológica na AAE do PRGP SLA	
1ª	Quadro Problema	Identificação dos problemas e potencialidades afetas à região em apreço, ao abrigo da temática relevante. Constitui um primeiro e rápido diagnóstico que permite um olhar incisivo sobre o que realmente importa. O Quadro-Problema deve suportar a identificação das Questões Estratégicas enquanto linhas de força que devem nortear a implementação do Plano/Programa objeto da AAE.	<ul style="list-style-type: none"> • Análise integrada da informação disponibilizada em sede de Relatório Diagnóstico Prospetivo do PRGP SLA e dos pontos levantados na primeira reunião de acompanhamento do PRGP SLA
	Quadro de Referência Estratégico (QRE)	Identificação das macropolíticas que determinam o referencial para avaliação, definido pelas orientações políticas e respetivos objetivos estabelecidos. Relaciona-se também com outros planos e programas relevantes, o que constitui também uma exigência legal da AAE.	<ul style="list-style-type: none"> • Análise documental
	Quadro de Avaliação	Identificação das Questões Estratégicas (QE), a definição dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD), dos Critérios de Avaliação que especificam os FCD, bem como dos indicadores que atuam como métricas da avaliação para cada critério identificado. Os FCD fornecem a estrutura e o foco da AAE.	<ul style="list-style-type: none"> • A definição das Questões Estratégicas (QE) do PRGP SLA resulta da análise integrada dos objetivos estratégicos definidos para o PRGP SLA e dos principais desafios identificados no Quadro Problema, para determinação das linhas de força que devem nortear a sua implementação. • A definição dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD) da AAE do PRGP SLA resulta da análise integrada dos principais elementos de base estratégica, como sendo as QE, o QRE, e os temas ambientais previstos na legislação adequados à temática em apreço. • A definição dos Critérios de Avaliação e seleção de Indicadores resulta da análise crítica dos FCD em conjunto com uma primeira apreciação da informação disponível e passível de alimentar a análise de tendências pretendida na AAE do PRGP SLA
	Quadro de Governança	Identificação da rede de agentes interessados relevantes para a AAE, e que deverão ser consultados no decorrer da mesma.	<ul style="list-style-type: none"> • Análise documental e das disposições legais
2ª	Análise da Situação Atual e Tendências	Caracterização da situação atual para cada FCD determinado na fase anterior, bem como o estabelecimento das principais tendências de desenvolvimento na ausência de implementação do Plano/Programa objeto da AAE. As tendências informam os contextos dinâmicos quanto aos pontos fortes e fracos, os conflitos e as potencialidades de desenvolvimento. O futuro é uma imagem ideal associada a uma visão e a objetivos estratégicos, considerando, se possível, objetivos políticos e diferentes cenários, que estiveram na origem da formulação do Plano/Programa em apreço.	<ul style="list-style-type: none"> • Análise integrada da informação disponibilizada em sede de Relatório da Proposta do PRGP SLA, incluindo informação recolhida através dos momentos participativos realizados, bem como elementos recolhidos na literatura, bases de dados oficiais, e outros elementos produzidos pela própria equipa da AAE. • Análise realizada por Fator Crítico de Decisão (FCD) tendo por base os critérios de avaliação e o conjunto de indicadores selecionados para o efeito.
	Opções Estratégicas	Definição das opções estratégicas, enquanto caminhos que permitem alcançar a visão desejada com a implementação do Plano/Programa objeto da AAE. Normalmente, o desenvolvimento de cenários estabelece um contexto para a definição destas opções estratégicas, em que cada cenário representa uma opção estratégica que permite alcançar os objetivos do Plano/Programa em apreço.	<ul style="list-style-type: none"> • Definição dos cenários de evolução do PRGP SLA, balizados pela informação de contexto. • As opções estratégicas do PRGP SLA são detalhadas no capítulo 5 deste sumário executivo.

Fase da AAE	Elemento de Avaliação	Abordagem Metodológica na AAE do PRGP SLA
	<p>Avaliação Estratégica de Efeitos</p> <p>O elemento central desta segunda fase da AAE consiste numa avaliação sobre os Fatores Críticos para Decisão (FCD) determinados na fase anterior, relativamente a diversos parâmetros que permitem uma apreciação sobre os efeitos, riscos e oportunidades de cada opção estratégica para se alcançar os objetivos do Plano/Programa objeto da AAE. Como resultado desta análise estratégica de efeitos, a AAE pode contribuir para a discussão estratégica da implementação do Plano/Programa em apreço, apresentando recomendações relevantes nas janelas de decisão fundamentais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Análise integrada da informação disponibilizada em sede de Relatório da Proposta do PRGP SLA, incluindo informação recolhida através dos momentos participativos realizados, bem como elementos recolhidos na literatura, bases de dados oficiais, e outros elementos produzidos pela própria equipa da AAE. • Avaliação realizada por Fator Crítico de Decisão (FCD) tendo por base os critérios de avaliação e o conjunto de indicadores selecionados para o efeito. • Avaliação realizada com recurso a uma escala maioritariamente qualitativa
	<p>Recomendações e Diretrizes</p> <p>Formulação de recomendações e diretrizes para prosseguir com a implementação estratégica do Plano/Programa objeto da AAE. As diretrizes e recomendações podem incluir ajustes institucionais ou novas regulamentações para iniciativas a níveis subsequentes de planeamento, para a AIA de projetos, ou para qualquer outro tipo de medidas ou escolhas políticas que possam vir a ser relevantes. O posterior desenvolvimento da estratégia pode então ser verificado, ou validado, em termos da coerência política com os objetivos estabelecidos, as oportunidades e riscos resultantes da avaliação. As diretrizes devem incluir diretrizes de planeamento, gestão e monitorização, e um programa de indicadores para monitorização, respondendo assim ao requisito legal de medidas de controlo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Análise documental e das disposições legais relacionadas com a implementação do PRGP SLA, bem como da informação disponibilizada em sede de Relatório da Proposta do PRGP SLA, incluindo informação recolhida através dos momentos participativos • Recomendações para colmatar as lacunas identificadas nos elementos anteriores • Elaboração do conjunto de diretrizes para planeamento, gestão e monitorização, incluindo indicadores de monitorização, necessários para assegurar implementação estratégica do PRGP SLA

4 Fatores Críticos de Decisão, Objetivos Estratégicos, Critérios e Indicadores para a Avaliação

Os Fatores Críticos de Decisão (FCD) são parte integrante e estruturante de uma AAE, constituindo os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar, uma vez que identificam os aspetos que devem ser considerados pela decisão na conceção da sua estratégia e das ações que a implementam, para melhor satisfazer objetivos ambientais e um futuro mais sustentável (Partidário 2007).

A identificação dos FCD, na primeira fase da AAE, resultou de uma análise integrada de elementos de base estratégica que incluem as Questões Estratégicas (QE) identificadas para o PRGP SLA, o Quadro de Referência Estratégico (QRE) determinado, e os temas ambientais legalmente previstos e relevantes para a temática em apreço. Na identificação dos FCD também se consideraram os pontos levantados na primeira reunião de acompanhamento do PRGP SLA.

Os FCD identificados para a AAE do PRGP SLA são elencados no Quadro 2, onde se apresenta a justificação para a sua seleção.

Quadro 2 Definição dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD) da AAE do PRGP-SLA e justificação para sua seleção

FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO (FCD)		JUSTIFICAÇÃO
FCD 1 O CAPITAL NATURAL E OS SERVIÇOS DE ECOSISTEMA	Compreende a avaliação do contributo do PRGP SLA para a promoção de uma paisagem florestal com maior valor ambiental; para o reconhecimento e melhoria dos Serviços de Ecossistema prestados na zona abrangida, em quantidade e qualidade, e para a promoção e conservação da biodiversidade	Pretende assegurar que sejam avaliados : - O ordenamento e a revitalização dos territórios da floresta, a valorização da paisagem e a diversificação do mosaico florestal - A promoção da biodiversidade e o reconhecimento e valorização dos serviços fornecidos pelos ecossistemas
FCD 2 A RESILIÊNCIA DA PAISAGEM RURAL	Compreende a avaliação do contributo do PRGP SLA para a adaptação e resiliência da paisagem abrangida aos incêndios florestais; para a redução da exposição e, conseqüentemente, dos riscos associados aos eventos climáticos extremos à luz das alterações climáticas, incluindo a exposição a agentes bióticos; e para a sustentabilidade da paisagem rural em geral	Pretende assegurar que sejam avaliados : - A adaptação e resiliência socioecológica dos territórios - A adaptação dos usos e ocupação do solo às vulnerabilidades territoriais
FCD 3 A ATRATIVIDADE E O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	Compreende a avaliação do contributo do PRGP SLA para fomentar a atratividade da região e a mobilização dos atores potenciais, para a fixação da população, e para diversificar a economia local; Também compreende a avaliação da adequação do modelo e instrumentos de financiamento preconizados no PRGP SLA atendendo ao contexto socioeconómico da zona abrangida e aos objetivos da transformação da paisagem proposta	Pretende assegurar que sejam avaliados : - A capacidade dos territórios e das comunidades fazerem face às vulnerabilidades laborais e sociais, através da fixação da população e do rendimento - O aumento da atratividade dos territórios rurais, considerando o seu efeito na dinamização económica através da diversificação da oferta silvícola e agroflorestal - A adequação do modelo de financiamento proposto para contribuir para a transformação da paisagem pretendida

FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO (FCD)		JUSTIFICAÇÃO
FCD 4 A GOVERNANÇA E A ARTICULAÇÃO	Compreende a avaliação do contributo do PRGP SLA para a articulação de competências entre entidades públicas e privadas e entre os diferentes instrumentos de gestão territorial em vigor; para assegurar a fiscalização e monitorização da transformação da paisagem proposta; e para fomentar o conhecimento e a consciência cívica na gestão territorial	Pretende assegurar que sejam avaliados : - O aumento da consciência cívica dos cidadãos e o reforço do conhecimento e da capacitação técnica das instituições e dos agentes na gestão do território - A cooperação territorial através do reforço de competências e capacidade dos atores públicos e privados e da sua articulação A capacidade de monitorização e fiscalização da transformação da paisagem proposta

Os FCD acima identificados asseguram o tratamento dos temas ambientais exigidos para AAE nos termos do art 6º do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho alterado pelo Decreto-Lei nº 58/2011, de 4 de maio, conforme exposto no Relatório de Definição de Âmbito, considerando-se assim como adequados num quadro abrangente de temas ambientais e de sustentabilidade consistente com a escala e alcance do PRGP SLA.

Para a avaliação estratégica dos efeitos do PRGP SLA no ambiente, no seu entendimento alargado, foi definido um conjunto de 12 objetivos estratégicos, com respetivos critérios de avaliação e indicadores, por FCD, tal como sumarizado no Quadro 3.

Quadro 3 Objetivos, critérios de avaliação e indicadores mobilizados para a AAE do PRGP SLA, por Fator Crítico de Decisão (FCD)

FCD	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADORES
FCD 1 O CAPITAL NATURAL E OS SERVIÇOS DE ECOSISTEMA	1. Promoção da biodiversidade e a sua conservação	O modelo de transformação da paisagem e as medidas de gestão florestal preconizadas no PRGP SLA contribuem para a criação e manutenção de áreas com interesse de conservação.	Variação do potencial para a conservação (%)
		O modelo de transformação da paisagem preconizado no PRGP SLA salvaguarda os objetivos de conservação de espécies protegidas e seus habitats nos espaços florestais da zona abrangida.	Variação da área de espécies florestais com estatuto de conservação (%)
	2. Promoção de paisagem com maior valor ambiental	O modelo de transformação da paisagem preconizado no PRGP facilita o incremento da multifuncionalidade e diversidade dos espaços florestais	Variação da área por ocupação do solo (%)
		O elenco de espécies a privilegiar no PRGP SLA foi estabelecido por forma a promover a manutenção/criação de um mosaico paisagístico diversificado	Variação dos indicadores de paisagem
	3. Promoção dos Serviços de Ecossistema (SE)	Efeitos na quantidade e qualidade dos SE resultantes da implementação do modelo de transformação da paisagem e medidas de gestão florestal preconizados no PRGP SLA	Variação no fornecimento potencial dos SE (%)
FCD 2 A RESILIÊNCIA DA PAISAGEM RURAL	4. Prevenção e redução do risco de incêndio	O modelo de transformação da paisagem e medidas de gestão florestal preconizados no PRGP SLA atendem a diretrizes de prevenção e redução da perigosidade dos incêndios florestais.	Variação da área ardida potencial (%) Combustibilidade das espécies florestais
		O Elenco de espécies florestais a privilegiar no PRGP SLA promove a minimização do risco de incêndios florestais, estando distribuído territorialmente em função da aptidão ecológica e da aptidão ambiental da região	
	5. Prevenção e redução da exposição aos riscos	As medidas de gestão florestal preconizadas no PRGP SLA contribuem para a promoção da regulação do ciclo hídrico	Área arborizada/ recuperada com maior aptidão para a regulação do ciclo hidrológico (ha)

FCD	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADORES
	associados a eventos climáticos extremos, à luz das alterações climáticas	O modelo de transformação da paisagem e medidas de gestão florestal preconizados no PRGP SLA atendem a diretrizes e normas de gestão florestal para prevenir/reverter processos de desertificação nas áreas vulneráveis.	Redução das áreas expostas a fenómenos erosivos ou da erosão potencial (%)
		As medidas de gestão florestal preconizadas no PRGP SLA contribuem para a prevenção de riscos de desertificação e para a melhoria do estado de conservação do solo nas áreas suscetíveis a processos de desertificação.	Área arborizada nas zonas sensíveis para a proteção do solo (ha)
	6. Prevenção e redução da exposição a agentes bióticos	O modelo de transformação da paisagem e medidas de gestão florestal preconizados no PRGP SLA atendem a diretrizes e normas de gestão florestal para redução da vulnerabilidade dos ecossistemas florestais aos riscos de pragas e doenças.	Remoção das invasoras e reconstituição do mosaico de elevada aptidão ecológica mais resiliente
		O modelo de transformação da paisagem e as medidas de gestão florestal preconizadas no PRGP SLA promove o controlo da dispersão e proliferação de espécies exóticas invasoras lenhosas	Variação da área com ocupação de espécies invasoras lenhosas na região (%)
FCD 3 A ATRATIVIDADE E O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	7. Fomentar a atratividade e a fixação da população	O modelo de transformação da paisagem e medidas de gestão florestal preconizados no PRGP SLA contribuem para a atração e fixação da população na região	Potencial de criação de novos empregos (incluindo recursos altamente qualificados)
		As medidas de gestão florestal preconizadas no PRGP SLA contribuem para o aumento do rendimento disponível das famílias.	Variação do rendimento por exploração (%)
		O modelo de transformação da paisagem e medidas de gestão florestal preconizados no PRGP SLA promovem a especialização territorial, através da valorização de atividades associadas ao setor que contribuam para a promoção da coesão social e territorial.	Dispersão do PIB regional
	8. Diversificar a economia local	O modelo de transformação da paisagem e medidas de gestão florestal preconizados no PRGP SLA promovem a diversificação da economia local, fugindo ao modelo assente nas explorações mono-específicas de eucalipto e pinheiro	Variação de área florestal com potencial multifuncional (%) Variação na área de prados/pastagens (%)
		O modelo de financiamento para a transformação da paisagem proposto no PRGP SLA é adequado ao contexto socioeconómico da zona abrangida	Disposição a aderir (%), com suporte em revisão documental e nos momentos participativos
FCD 4 A GOVERNANÇA E A ARTICULAÇÃO	9. Articular competências na gestão territorial	Grau de articulação das potenciais entidades responsáveis pela implementação das medidas de transformação da paisagem preconizadas no PRGP SLA	Diretrizes ou recomendações do PRGP SLA para articulação das entidades (nº e relevância)
		Incentivo à criação/adesão a organizações de produtores florestais e iniciativas da sociedade civil para uma gestão florestal sustentável promovida pelo modelo de transformação da paisagem preconizado no PRGP SLA.	Iniciativas favorecedoras do aumento da propriedade (nº)
		Adequação das medidas de transformação da paisagem preconizadas no PRGP SLA atendendo ao conhecimento e experiência dos atores potenciais	Grau de inovação introduzido (novas espécies, novas técnicas, novas oportunidades de negócio etc.)
	10. Articular instrumentos para a gestão territorial	Grau de integração das medidas preconizadas no PRGP SLA com as restantes políticas setoriais, em particular com as políticas de conservação da natureza e biodiversidade, ordenamento florestal, agricultura e alterações climáticas	Diretrizes ou recomendações emanadas dos programas setoriais que foram incorporadas no PRGP SLA (nº e relevância)
	11. Promover a consciência cívica na gestão territorial	Adequação das medidas de transformação da paisagem preconizadas no PRGP SLA para a promoção da consciência cívica através da participação e envolvimento dos atores potenciais e do público em geral	Momentos participativos organizados (nº)
	12. Monitorizar e fiscalizar	Adequação do plano de monitorização e fiscalização da transformação da paisagem proposto no PRGP SLA	Indicadores de acompanhamento (nº e relevância)

5 Opções Estratégicas do PRGP SLA

Um dos elementos principais de uma AAE consiste na definição das opções estratégicas, enquanto caminhos que irão permitir alcançar a visão desejada com a implementação do mesmo. Decorre do capítulo dedicado ao Objeto da Avaliação que o PRGP SLA foi desenvolvido em resposta a três grandes objetivos relativamente à paisagem, que se pretendem alcançar com a sua implementação: a resiliência ao fogo, a sustentabilidade ecológica e a viabilidade económica. Para o efeito, foram desenhados dois cenários de implementação do PRGP SLA, tendo por base a Estrutura Principal da Paisagem Resiliente ao Fogo (EPPRF).

Cenário 2030

A primeira fase da Proposta de PRGP para um Cenário de 2030 (Figura 4) é constituída pela Estrutura Principal da Paisagem Resiliente ao Fogo (EPPRF).

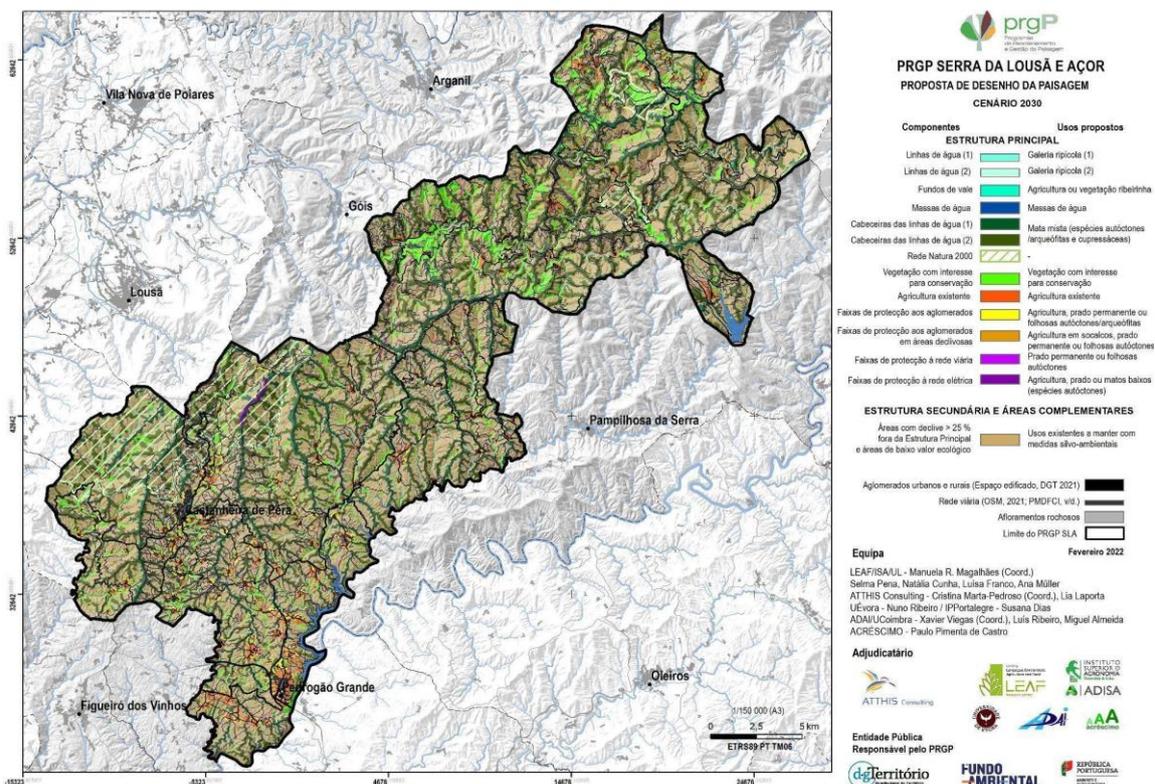


Figura 4 Proposta de Desenho da Paisagem - Cenário 2030 - Médio Prazo

No Cenário 2030 – médio prazo – a EPPRF implementada com usos menos combustíveis e, portanto, mais resilientes ao fogo, integra as componentes essenciais para a compartimentação da paisagem, em particular:

- as duas subestruturas fundamentais da paisagem:
 - i. as linhas de água e fundos de vale associados
 - ii. cabeceiras das bacias hidrográficas que incluem as cumeadas e os cabeços.

- usos existentes na paisagem:
 - iii. a vegetação natural com interesse para conservação e a
 - iv. agricultura, esta última considerada o uso mais resiliente ao fogo (à exceção da situação de culturas arvenses secas ou restolhos)
- faixas de proteção:
 - v. aos aglomerados
 - vi. à rede viária
 - vii. à rede elétrica
- Rede Natura 2000

Neste Cenário 2030, os “compartimentos” gerados pela EPPRF mantêm o seu uso até haver financiamento e demais condições para a sua implementação: Estas áreas correspondem a situações caracterizadas fundamentalmente por: i) declives superiores a 25 %, localizados fora da EPPRF e ii) declives inferiores a 25 %, em áreas de baixo valor ecológico.

Apesar de não haver intervenção, nesta fase, estas áreas deverão ser objeto de medidas silvoambientais, nomeadamente:

- Em povoamentos de pinheiro-bravo ou eucalipto:
 - i. se os compartimentos gerados pela EPPRF tiverem uma dimensão igual ou superior a 25 hectares devem incluir sebes de compartimentação constituídas por espécies arbóreas e arbustivas de folhosas autóctones ou arqueófitas, ou mesmo por espécies frutícolas pouco combustíveis (oliveiras, figueiras, nogueiras, etc, de acordo com a respetiva aptidão ecológica) no sentido do maior declive e de nível, formando uma rede "quadriculada" adaptada ao declive e acompanhando, ou não, caminhos existentes. Estas sebes serão desenhadas em sede de PGF ou de OIGP.
 - ii. O corte do sobcoberto, com o objetivo de controlo da vegetação herbácea e arbustiva espontânea e de densidades excessivas, deve ser efetuado com corta-mato de facas ou de correntes e o material orgânico mantido a cobrir o solo. As intervenções devem ser feitas por técnicos qualificados, de modo a assegurar a manutenção de condições para a conservação da biodiversidade.
- Em todas as outras ocupações, as mobilizações devem ser mínimas e, no caso de sementeiras, deve ser utilizada a sementeira direta. O objetivo é o de manter o solo sempre coberto por vegetação, no mínimo herbácea, mesmo em culturas intensivas.
- Sempre que existam campos delimitados por caminhos ou outros elementos, devem-se prever sebes construídas com elementos resistentes ao fogo e simultaneamente facilitadores da biodiversidade (muretes de pedra, árvores de fruto, alinhamento de folhosas autóctones, etc).

No Quadro 4 **Error! Reference source not found.** identificam-se as áreas e percentagens de usos propostos para o Cenário 2030, considerando cada componente do modelo de transformação da paisagem.

Quadro 4 Quantificação das áreas e dos usos propostos para o Cenário 2030

Componentes	Usos propostos para O Cenário 2030	Área em ha	% da área do PRGP
Linhas de água	Galeria ripícola (1)	958,99	1,75
Linhas de água	Galeria ripícola (2)	1434,14	2,62
Fundos de Vale	Agricultura ou vegetação ribeirinha	342,06	0,62
Massas de água	Massas de água	558,91	1,02
Cabeceiras das linhas de água	Mata mista (espécies autóctones/arqueófitas e cupressáceas) (1)	3763,42	6,86
Cabeceiras das linhas de água	Mata mista (espécies autóctones/arqueófitas e cupressáceas) (2)	11599,18	21,15
Vegetação com interesse para conservação	Vegetação com interesse para conservação	4238,92	7,73
Agricultura existente	Agricultura existente	1693,76	3,09
Faixa de proteção aos aglomerados	Agricultura, prado permanente ou folhosas autóctones/arqueófitas	795,24	1,45
Faixa de proteção aos aglomerados em declives superiores a 25%	Agricultura (em socacos), prado permanente ou folhosas autóctones/arqueófitas	677,39	1,24
Faixa de proteção à rede viária	Prado permanente ou folhosas autóctones/arqueófitas	1112,01	2,03
Faixa de proteção à rede elétrica	Agricultura, prado ou matos baixos de espécies autóctones	582,48	1,06
Áreas declivosas (> 25%) e Áreas complementares	Usos existentes a manter com medidas silvoambientais	25074,64	45,72
Afloramentos rochosos	Afloramentos rochosos	37,61	0,07
Aglomerados urbanos e rurais	Aglomerados urbanos e rurais	1056,13	1,93
Rede Viária	Rede Viária	913,82	1,67

Cenário 2050

O Cenário de 2050 – longo prazo - para o PRGP SLA é constituído pela Estrutura da Paisagem Resiliente ao Fogo (EPRF), nas suas duas componentes – principal e secundária - (Figura 5) que, simultaneamente, garantem a sustentabilidade ecológica da paisagem, uma vez que incorporam a Estrutura Ecológica (EE).

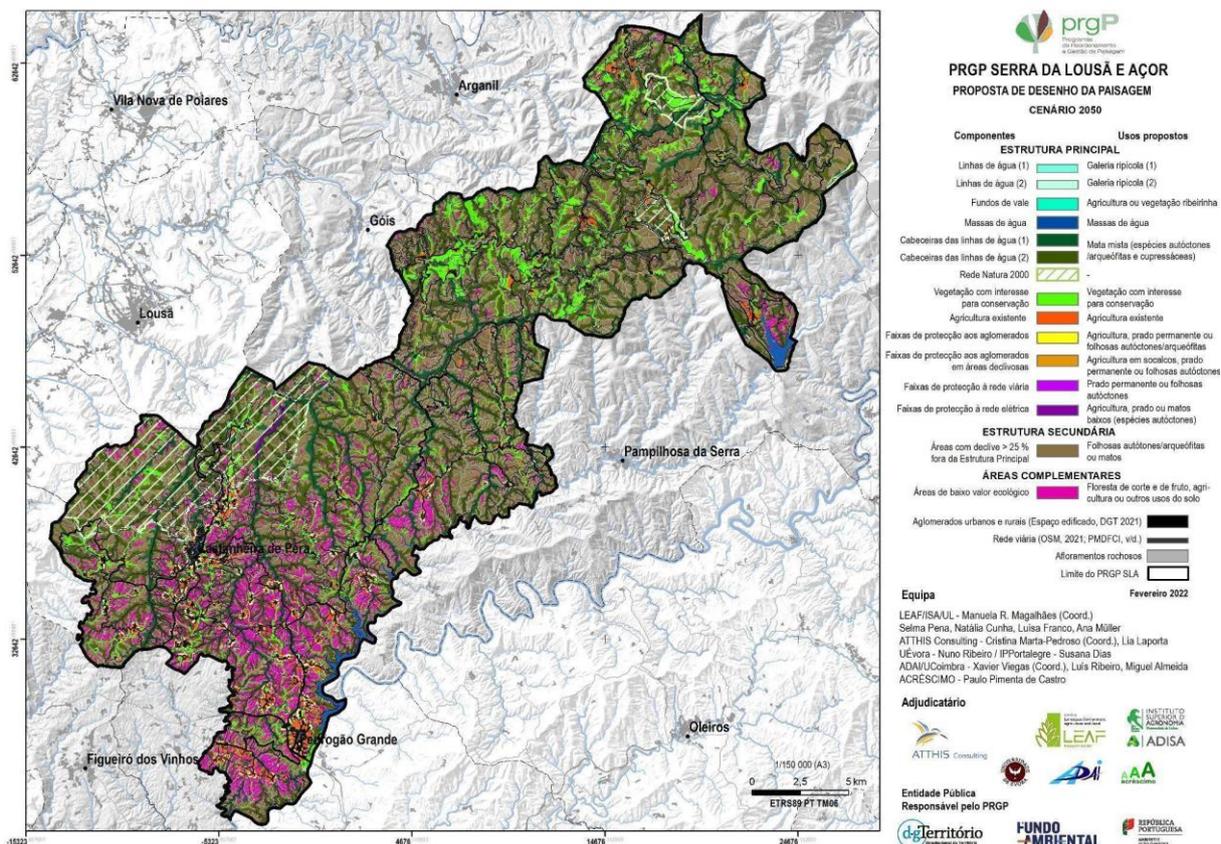


Figura 5 Proposta de Desenho da Paisagem - Cenário 2050

O cenário 2050, estando articulado com o cenário 2030, inclui as seguintes intervenções na paisagem:

- Estrutura Principal da Paisagem Resiliente ao Fogo (EPPRF) (tal como avançado no Cenário 2030)
- Estrutura Secundária da Paisagem Resiliente ao Fogo (ESPRF), tal como explicado de seguida.

A Estrutura Secundária da Paisagem Resiliente ao Fogo (ESPRF) é constituída pelas áreas com declive superior a 25%, localizadas fora da Estrutura Principal Resiliente ao Fogo que ocupam cerca de 37 % da área do PRGP SLA. A justificação para a classificação destas áreas na estrutura secundária, está nos elevados riscos de erosão, na reduzida infiltração que permite devido à velocidade do escoamento superficial da água que, desse modo, não se infiltra, condição esta adjuvada pela natureza do substrato geológico constituído por xisto, bastante impermeável. Estas condições, em conjunto, conduzem à perda de solo e, portanto, à infertilidade destas áreas.

No que respeita à sua utilização, este declive e superiores dificultam e oneram enormemente as operações culturais, sobretudo quando se trata de culturas ou povoamentos mono-específicos que, no caso do eucalipto, têm ciclos de exploração de cerca de 9-12 anos e a sua substituição pela mesma ocupação obriga à retirada dos cepos com máquinas pesadas e grande destruição do solo. Se se considerarem os declives superiores a 35 %, a utilização de máquinas, à exceção das moto-manuais, é absolutamente indesejável. O risco de erosão só é reduzido com a construção de socacos que têm que ser separados por muros, tradicionalmente de pedra seca e mais recentemente de betão armado. A construção de socacos sem muros, como os que têm sido executados para suportar a plantação de eucalipto é contraproducente, na medida em que destrói o solo para a sua construção e, após alguns

invernos, a diferença de nível entre socalcos esboroa-se, voltando o perfil da vertente ao declive inicial. A construção de socalcos no modo tradicional, sobretudo na envolvente próxima dos aglomerados, representou um tal investimento por parte das populações que justifica a sua proteção, independentemente de atualmente serem, ou não, cultivados. Constituem uma infraestrutura extremamente valiosa para a transformação da paisagem que se deseja, pois permite o seu aproveitamento para a agricultura, na faixa de proteção dos aglomerados contra os incêndios, ou constituindo descontinuidades que aumentam a resiliência da paisagem ao fogo.

Outro grande argumento para a classificação das áreas declivosas como fazendo parte da Estrutura Secundária da Paisagem Resiliente ao Fogo (ESPRF) é o facto da progressão do fogo atingir muito maior velocidade, à medida que o declive aumenta.

As Áreas complementares constituem os "compartimentos" com declives inferiores a 25 % gerados pela EPPRF. No caso da área do PRGP SLA estas áreas não apresentam nenhuma outra característica que permita distingui-las para efeito, ou de proteção, ou de diferenciação da sua utilização. Consideraram-se, portanto, estas áreas, como áreas de baixo valor ecológico. A sua utilização, deste modo, é mais flexível, ou seja, permite um maior número de alternativas aos agentes da sua transformação. Estas alternativas dependem da aptidão do solo às várias espécies ou culturas (ver Cap. 5) e à opção dos seus promotores.

No Quadro 5 identificam-se as áreas e percentagens de usos propostos para o Cenário 2050, considerando cada componente do modelo de transformação da paisagem.

Quadro 5 Quantificação das áreas e dos usos propostos para o Cenário - 2050

Componentes	Usos propostos para Cenário 2050	Área em ha	% da área do PRGP
Linhas de água	Galeria ripícola (1)	958,99	1,75
Linhas de água	Galeria ripícola (2)	1434,14	2,62
Fundos de Vale	Agricultura ou vegetação ribeirinha	342,06	0,62
Massas de água	Massas de água	558,91	1,02
Cabeceiras das linhas de água	Mata mista (espécies autóctones/arqueófitas e cupressáceas) (1)	3763,42	6,86
Cabeceiras das linhas de água	Mata mista (espécies autóctones/arqueófitas e cupressáceas) (2)	11599,18	21,15
Vegetação com interesse para conservação	Vegetação com interesse para conservação	4238,92	7,73
Agricultura existente	Agricultura existente	1693,76	3,09
Agricultura existente - Faixa de proteção aos aglomerados	Agricultura, prado permanente ou folhosas autóctones/arqueófitas	795,24	1,45
Faixa de proteção aos aglomerados em declives superiores a 25%	Agricultura (em socalcos), prado permanente ou folhosas autóctones/arqueófitas	677,39	1,24
Faixa de proteção à rede viária	Prado permanente ou folhosas autóctones/arqueófitas	1112,01	2,03

Componentes	Usos propostos para Cenário 2050	Área em ha	% da área do PRGP
Faixa de proteção à rede elétrica	Agricultura, prado ou matos baixos de espécies autóctones	582,48	1,06
Áreas declivosas (> 25%)	Folhosas autóctones/arqueófitas ou matos	20175,33	36,79
Áreas complementares	Floresta de corte e de fruto, agricultura ou outros usos do solo	4899,31	8,93
Afloramentos rochosos	Afloramentos rochosos	37,61	0,07
Aglomerados urbanos e rurais	Aglomerados urbanos e rurais	1056,13	1,93
Rede Viária	Rede Viária	913,82	1,67

A avaliação estratégica dos efeitos do PRGP SLA no âmbito da presente AAE foi realizada atendendo aos dois cenários acima apresentados – Cenário 2030 e Cenário 2050. Uma síntese dos resultados da análise de tendências e avaliação estratégica de efeitos são apresentados de seguida.

6 Avaliação por Fator Crítico de Decisão

Atendendo à abordagem metodológica descrita anteriormente, bem como às opções estratégicas para o PRGP SLA (Cenário 2030 e Cenário 2050), sintetiza-se de seguida os resultados da AAE do PRGP SLA, de acordo com os objetivos estratégicos definidos em cada FCD.

FCD 1 Capital Natural e aos Serviços de Ecossistema (SE)

O FCD 1 compreende a avaliação do contributo do PRGP SLA para a promoção de uma paisagem florestal com maior valor ambiental; para o reconhecimento e melhoria dos Serviços de Ecossistema prestados na zona abrangida, e para a promoção e conservação da biodiversidade.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1: PROMOÇÃO DA BIODIVERSIDADE E A SUA CONSERVAÇÃO

A caracterização da situação atual e análise de tendências no que respeita a promoção da biodiversidade e a sua conservação permitiu concluir que grande parte da área abrangida pelo PRGP SLA apresenta potencial nulo, muito baixo ou baixo para a promoção e a conservação da biodiversidade, muito devido à dominância das plantações de Eucalipto e áreas aridas de Pinheiro-bravo na região, que representam mais de 55% da área abrangida pelo PRGP SLA. Mais ainda, as tendências observadas nas últimas décadas evidenciam o aumento significativo de áreas classificadas com baixo potencial para a promoção da biodiversidade (como as florestas de espécies invasoras e as florestas de eucalipto), e uma redução da área de classes de uso do solo que apresentam potencial médio a elevado (como as florestas autóctones, áreas agrícolas e zonas de matos), bem como degradação das galerias ripícolas e zonas ribeirinhas. Pese embora a existência de áreas classificadas na região abrangida pelo PRGP SLA, como sendo duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC) da rede Natura 2000 da Serra da Lousã e do Complexo do Açor, as tendências de alteração do uso do solo e a sua forte associação a um aumento da frequência e intensidade de incêndios florestais, conforme evidenciado noutra parte da presente AAE, colocam em risco a conservação da biodiversidade na região em apreço. Na ausência de intervenção no território, é assim expetável que a paisagem na região abrangida pelo PRGP SLA apresente uma reduzida capacidade para promoção e conservação da biodiversidade.

A análise estratégica de efeitos evidenciou que mais de 40% da área abrangida pelo PRGP SLA apresentará potencial elevado/muito elevado para promoção e conservação da biodiversidade no Cenário 2030, valor que ascende 72% no Cenário 2050, evidenciando o potencial efeito positivo das transformações propostas no âmbito do PRGP SLA na biodiversidade. Mais ainda, pese embora não serem propostas novas áreas protegidas no âmbito do presente PRGP SLA, as transformações propostas nos Cenários 2030 e 2050 contribuem para uma maior salvaguarda dos valores biofísicos e da biodiversidade na região em apreço, uma vez que são facilitadoras de uma maior resiliência à frequência e intensidade de incêndios florestais. Assim, análise realizada permitiu concluir que as transformações da paisagem propostas no âmbito do PRGP SLA potenciam a promoção e a conservação da biodiversidade, sendo o potencial mais evidente no cenário 2050.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2: PROMOÇÃO DE PAISAGEM COM MAIOR VALOR AMBIENTAL

Do ponto de vista do valor ambiental da paisagem e da sua multifuncionalidade, a caracterização da situação atual e análise de tendências permitiu concluir que a redução das áreas agrícolas e agroflorestais evidenciada entre 1990 e 2018 na área abrangida pelo PRGP SLA, bem como o acentuado aumento da área de florestas de produção de eucalipto e de florestas de espécies invasoras, e a redução e/ou baixos valores estimados para os indicadores de paisagem associados ao mosaico/heterogeneidade da paisagem agrícola e agroflorestal constituem fortes indícios da baixa multifuncionalidade da paisagem rural atualmente presente na área abrangida pelo PRGP SLA. Mais ainda, na ausência de intervenção no território, é expectável que a tendência de baixa multifuncionalidade se mantenha.

A análise estratégica de efeitos no que respeita o valor ambiental da paisagem permitiu concluir que o aumento das áreas agrícolas e agroflorestais preconizado nas transformações propostas no PRGP SLA, bem como a redução da área de florestas de produção de eucalipto e de florestas de espécies invasoras, e a melhoria evidenciada nos indicadores de paisagem associados ao mosaico/heterogeneidade da paisagem agrícola, agroflorestal e da floresta autóctone, constituem fortes indícios da elevada multifuncionalidade da paisagem rural prevista com as transformações propostas no âmbito do PRGP SLA. As melhorias em termos de diversidade são mais acentuadas no cenário 2030 (em que se mantém um mosaico mais diverso com maior presença de florestas de produção). Em termos do mosaico de floresta autóctone e do valor ambiental da paisagem, as melhorias são mais evidentes no cenário 2050

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3: PROMOÇÃO DE PAISAGEM COM MAIOR VALOR AMBIENTAL

No que tocante à promoção dos Serviços de Ecossistema(SE), a caracterização da situação atual e análise de tendências permitiu concluir que a promoção de SE na região do PRGP SLA concentra-se essencialmente no aprovisionamento de biomassa, com evidências que suportam uma tendência positiva na sua promoção e que decorre naturalmente da expansão de área de floresta de Eucalipto que se verificou nos últimos anos. No entanto, esta interpretação não pode ser dissociada do aumento das áreas ardidas registado no mesmo período, com impacto expectável na qualidade da produção. Quanto à promoção dos outros SE estudados, em particular o aprovisionamento de produtos alimentares (agricultura), a regulação da erosão do solo, a regulação do ciclo hídrico, o sequestro de carbono, as funções culturais, e a biodiversidade (enquanto legado cultural), denota-se alguma expressividade de áreas com potencial elevado para controlo da erosão, sendo este um serviço relevante numa região onde aproximadamente 72% da área apresenta declives superiores a 25%. Também é possível evidenciar maior expressividade de áreas com potencial baixo a médio para sequestro de carbono, funções culturais e biodiversidade. O potencial para produção alimentar é reduzido, atendendo à baixa expressividade das áreas agrícolas, incluindo pastagens, na região. Em termos de tendências de evolução, verificou-se sobretudo uma diminuição das áreas com potencial médio a elevado para a promoção de todos os SE entre 1990 e 2018, exceto para o SE de produção de biomassa, o que indica um *trade-off* entre este serviço de aprovisionamento e os outros SE estudados, evidenciando a baixa multifuncionalidade das florestas de produção, sobretudo Eucalipto. Na ausência de intervenção no território, é expectável uma redução no potencial de promoção de diversos SE na

região, com a exceção do aprovisionamento de biomassa, que ainda assim enfrenta desafios de gestão para assegurar bons níveis de produção atendendo aos cenários expectáveis de aumento da frequência e intensidade dos incêndios florestais.

A análise estratégica de efeitos permitiu concluir que os cenários de transformação propostos no âmbito do PRGP SLA promovem o aumento (ou pelo menos manutenção) do potencial de fornecimento de todos os SE analisados, contrariando a tendência evidenciada na análise da situação atual. A exceção é referente ao serviço de aprovisionamento de biomassa (i.e., produção de madeira), uma vez que a área de potencial muito elevado para o seu fornecimento é significativamente reduzida no cenário de transformação 2050, ainda que se mantenha expressiva no cenário 2030. O cenário 2030 parece alcançar melhor compromisso de melhoria significativa entre quase todos os SE e manutenção do SE de aprovisionamento de biomassa.

FCD 2 – A Resiliência da Paisagem Rural

O FCD 2 compreende a avaliação do contributo do PRGP SLA para a adaptação e resiliência da paisagem abrangida aos incêndios florestais; para a redução da exposição e, conseqüentemente, dos riscos associados aos eventos climáticos extremos à luz das alterações climáticas, incluindo a exposição a agentes bióticos; e para a sustentabilidade da paisagem rural em geral.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4: PREVENÇÃO E REDUÇÃO DO RISCO DE INCÊNDIO

A caracterização da situação atual e análise de tendências no que respeita a prevenção e redução do risco de incêndios rurais permitiu concluir que o risco de incêndio na região abrangida pelo PRGP SLA é acentuado, e tem agravado progressivamente ao longo dos últimos anos. Na ausência de intervenção no território é assim expectável que, dada a tendência de ocorrências observadas, a combustibilidade das espécies dominantes na paisagem atual, e a ausência de gestão adequada nas florestas de produção encontrada no terreno, a paisagem e a presença humana na região abrangida pelo PRGP SLA estejam notoriamente expostas aos riscos associados aos incêndios rurais, cuja frequência e intensidade tendem a aumentar nos próximos anos de acordo com os cenários de alterações climáticas para Portugal Continental.

A análise estratégica de efeitos permitiu concluir que, em função das alterações propostas para a paisagem no âmbito do PRGP SLA, todas as simulações apontam para uma tendência crescente de cenários de incêndios mais favoráveis, tal como constatado na análise efetuada a todos os parâmetros descritores do comportamento do fogo, nomeadamente, a intensidade, o comprimento de chama e a velocidade de propagação. Também a probabilidade de arder tende a diminuir. A diminuição é muito mais acentuada entre os cenários mais distanciados, ou seja, entre o correspondente à situação de controle, 2018, e o cenário de longo prazo (2050). Conforme solicitado pela Direção-Geral do Território (DGT), no âmbito da elaboração do PRGP SLA foram efetuadas novas simulações de risco de incêndio atendendo a modelos de gestão fina de combustíveis diferenciados. As novas simulações evidenciaram que, mesmo na presença de modelos de gestão fina de combustíveis nas áreas complementares com

declive superior a 25% no Cenário 2030, a diminuição do risco e intensidade dos incêndios rurais continua a ser mais acentuada com as transformações propostas no Cenário 2050.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 5: PREVENÇÃO E REDUÇÃO DA EXPOSIÇÃO AOS RISCOS ASSOCIADOS A EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS, À LUZ DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A prevenção e redução da exposição aos riscos associados a eventos climáticos extremos foi avaliada do ponto de vista da proteção contra a erosão do solo e da regulação do ciclo hídrico. A caracterização da situação atual e análise de tendências para estes dois critérios permitiu concluir, por um lado, que a regulação da erosão na área abrangida pelo PRGP SLA tem vindo a piorar, em resultado das transformações de ocupação do solo verificadas entre 1990 e 2018. Na ausência de intervenção no território, é expectável que esta tendência se mantenha, com impacto na capacidade de regulação da erosão na área em apreço. Note-se que mais de 72% da área abrangida pelo PRGP SLA apresenta declives superiores a 25%, o que faz da regulação da erosão um benefício de suma importância na região, à luz dos riscos associados às alterações climáticas. A tendência evidenciada aumenta a exposição da paisagem na área do PRGP SLA aos riscos associados aos eventos climáticos extremos, em particular o risco de desertificação. Por outro lado, evidenciou-se que a paisagem atual na área do PRGP SLA apresenta baixa aptidão para a infiltração da água, com permeabilidade média estimada de 1.03 (avaliado entre 0 e 5). Mais ainda, verificou-se que as transformações da paisagem ocorridas entre 1990 e 2018 foram prejudiciais do ponto de vista da capacidade de regulação do ciclo hídrico, com marcada redução de áreas classificadas com moderada a elevada aptidão à infiltração, muito devido à redução de área de floresta autóctone e de Pinheiro bravo, em contraste com a expansão de florestas de Eucalipto e florestas de espécies invasoras. Na ausência de intervenção no território, é expectável que se mantenha a baixa permeabilidade estimada, bem como baixa aptidão para a infiltração, em comparação com a paisagem outrora dominante na área do PRGP SLA. A tendência evidenciada aumenta a exposição da paisagem aos riscos associados aos eventos climáticos extremos, à luz das alterações climáticas, em particular o risco de escassez de água e desertificação.

A análise estratégica de efeitos permitiu concluir que as transformações propostas no âmbito do PRGP SLA, quer para 2030 quer para 2050, são marcadamente favorecedoras não só da proteção do solo, através da melhoria na regulação da erosão, como da aptidão para a infiltração da água e regulação do ciclo hídrico, contribuindo significativamente para a redução da exposição aos riscos associados às alterações climáticas na região em apreço, em particular a escassez de água, desertificação e o aumento da temperatura, e assim promovendo uma paisagem rural mais resiliente, contrariando a tendência evidenciada na situação atual.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 6: PREVENÇÃO E REDUÇÃO DA EXPOSIÇÃO A AGENTES BIÓTICOS

O controlo de espécies invasoras lenhosas e a instalação de mosaicos de parcela de gestão de combustível são determinantes para assegurar a resiliência da paisagem florestal e reduzir a sua exposição contra agentes bióticos. Assim, a prevenção e redução da exposição a agentes bióticos na área abrangida pelo PRGP SLA foi avaliada, por um lado, por via da evolução da área ocupada por

espécies invasoras lenhosas e, por lado, por via da análise dos indicadores de paisagem associados à heterogeneidade e à criação de mosaicos florestais.

A caracterização da situação atual e análise de tendências evidenciou o aumento significativo (561%) da área dominada por espécies invasoras lenhosas nas últimas décadas. Note-se que a dispersão das invasoras lenhosas na paisagem atual parece ser ainda mais expressiva do que o reportado na cartografia de 2018, como se pôde evidenciar nas visitas de campo à área abrangida pelo PRGP SLA, conforme detalhado no relatório de diagnóstico prospetivo e no relatório da proposta do PRGP SLA. Quanto à existência de mosaicos, a análise dos indicadores de paisagem realizada no contexto do FCD1 permitiu concluir que as manchas de ocupação florestal estão pulverizadas na região, com baixa dispersão de áreas de ocupação agrícola, arbustiva, ou herbácea, não conferindo uma característica de mosaico que potencie a resiliência da paisagem rural na área abrangida pelo PRGP SLA. Mais ainda, as transformações do solo que ocorreram entre 1990 e 2018 na região foram prejudiciais do ponto de vista dos mosaicos da paisagem. Na generalidade, a paisagem na área do PRGP SLA apresentava valores mais elevados para os indicadores associados à heterogeneidade (maior heterogeneidade) em 1990 do que em 2018. Face ao exposto, na ausência de intervenção no território, é expectável que as condicionantes à resiliência da paisagem rural sigam a tendência negativa evidenciada, em particular a proliferação das espécies invasoras lenhosas, quer em área absoluta quer na sua dispersão pela região, e a homogeneização da paisagem dominada por ocupação florestal em regime de monocultura, com reduzida presença de mosaicos de parcela de gestão de combustível.

Sendo a remoção das espécies invasoras lenhosas uma prioridade no PRGP SLA, a análise estratégica de efeitos permitiu concluir que 100% da área ocupada por estas espécies será intervencionada no Cenário 2030, com o objetivo de remoção. Em relação aos mosaicos, a paisagem proposta no âmbito do PRGP SLA, através das transformações preconizadas, apresenta elevada heterogeneidade e multifuncionalidade por via dos mosaicos propostos, sendo o Cenário 2030 o que apresenta maior heterogeneidade com base nos indicadores de paisagem, conforme evidenciado pela análise apresentada no contexto do FCD1. Face ao exposto, é possível concluir que as intervenções propostas no âmbito do PRGP SLA, em particular as propostas no cenário 2030, são potenciadoras da resiliência da paisagem através da redução da sua exposição a agentes bióticos, por via da remoção e controlo das espécies invasoras lenhosas e da criação de mosaicos multifuncionais.

FCD 3 – A Atratividade e o Desenvolvimento Económico

O FCD3 compreende a avaliação do contributo do PRGP SLA para fomentar a atratividade da região e a mobilização dos atores potenciais, para a fixação da população, e para diversificar a economia local. Também compreende a avaliação da adequação do modelo e instrumentos de financiamento preconizados no PRGP SLA atendendo ao contexto socioeconómico da zona abrangida e aos objetivos da transformação da paisagem proposta.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 7: FOMENTAR A ATRATIVIDADE E A FIXAÇÃO DA POPULAÇÃO

A caracterização da situação atual e análise de tendências no que toca ao fomento da atratividade e fixação da população na área abrangida pelo PRGP SLA foi realizada por via de uma análise da variação potencial do rendimento ligado ao setor florestal na região, atendendo às transformações na ocupação florestal que ocorreram nas últimas décadas.

Conforme decorre da caracterização apresentada no FCD 1, a paisagem florestal na área abrangida pelo PRGP SLA é atualmente dominada pela ocupação de floresta de Eucalipto, em detrimento de outras ocupações florestais com carácter multifuncional, em particular os soutos. A expansão das monoculturas apresenta-se como força catalisadora do crescimento do VAB ligado ao setor florestal na região, conforme observado nas últimas décadas². No entanto, importa analisar a sustentabilidade desse crescimento, no que toca não apenas a estrutura ecológica que suporta a produção florestal, e a sua vulnerabilidade aos efeitos expectáveis das alterações climáticas (conforme discutido no FCD2), como também do ponto de vista socioeconómico.

Na ausência de intervenção no território, há uma clara tendência para a especialização da economia local ligada ao setor florestal centrada na produção de Eucalipto em regime de monocultura, pouco exigente em termos quer de mão de obra, quer de investimento inicial (muitas vezes alavancado por agentes da fileira) quer de especificidade técnica. Mais ainda, a crescente aposta na floresta de produção, em particular de Eucalipto, limita outras oportunidades de investimento no território, como sejam as decorrentes da multifuncionalidade da floresta, em particular o turismo, a apicultura e a atividade silvopastoril, reduzindo a atratividade para novos investidores. Para além disso, o sentimento de insegurança, em particular devido à recorrência dos incêndios rurais de grandes dimensões que assolaram a região nas últimas décadas, que decorre essencialmente da má gestão de parcelas com elevada combustibilidade, é identificado pelas partes auscultadas nos momentos participativos do PRGP SLA como um entrave à fixação da população e ao investimento local.

Não podendo ser uma ambição específica do PRGP SLA contrariar o despovoamento e o envelhecimento da população, que apresentam raízes complexas a par do que se verifica em todo o interior do país, pode este instrumento contudo criar novas dinâmicas microterritoriais que contrariem a tendência de êxodo rural marcada na região em apreço. Em particular, a forte aposta na diversificação da economia ligada ao setor florestal, com o incentivo à floresta multifuncional, e a redução da intensidade e risco de propagação de incêndios rurais, que advêm das transformações da paisagem preconizadas quer no cenário 2030, quer no cenário 2050, são fatores que poderão contribuir para a dispersão do PIB regional (i.e., entrada de outros setores que atualmente estão sub-representados na economia local/regional face ao seu potencial), criando assim oportunidades de novos investimentos e contribuindo para a fixação da população na região abrangida pelo PRGP SLA.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 8: DIVERSIFICAR A ECONOMIA LOCAL

A caracterização da situação atual e análise de tendências permitiu concluir que a atividade económica ligada ao setor florestal e agroflorestal na região abrangida pelo PRGP SLA tem vindo a cingir-se ao

² Em sede de Relatório de Diagnóstico, a caracterização da situação atual permitiu evidenciar esta situação.

longo dos anos às explorações com baixo potencial para a multifuncionalidade, com destaque para as monoculturas de Eucalipto. A floresta multifuncional e a atividade silvopastoril sofreram notória redução nos últimos 30 anos, caracterizando-se como atividades residuais na área em apreço, o que pôde ser corroborado nos momentos participativos com agentes locais realizados no âmbito da elaboração do PRGP SLA. Na ausência de intervenção no território, é expectável que se mantenha a dependência neste único segmento do setor florestal (Eucalipto), em detrimento da diversidade da economia local.

A análise estratégica de efeitos permitiu concluir que as transformações preconizadas no cenário 2030 parecem potenciar a maior diversificação da economia local, com a manutenção de uma fração significativa das áreas atualmente sob regime de exploração de monocultura (em particular Eucalipto), em conjunto com o fomento da floresta multifuncional com grande expressividade em todo o território, de forma a maximizar o mosaico da paisagem e a aumentar a resiliência da paisagem contra os incêndios rurais. Atendendo às preocupações levantadas nos momentos participativos, o cenário 2030 apresenta-se como o mais favorecedor da diversificação da economia local a médio prazo, com maior adesão à realidade no terreno.

FCD 4 – A Governança e a Articulação

O FCD 4 compreende a avaliação do contributo do PRGP SLA para a articulação de competências entre entidades públicas e privadas e entre os diferentes instrumentos de gestão territorial em vigor; para assegurar a fiscalização e monitorização da transformação da paisagem proposta; e para fomentar o conhecimento e a consciência cívica na gestão territorial.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 9: ARTICULAR COMPETÊNCIAS NA GESTÃO TERRITORIAL

A caracterização da situação atual e análise de tendências no que respeita a articulação de competências na gestão territorial foi discutida, por um lado, atendendo às entidades responsáveis pelas intervenções no território e, por outro lado, atendendo à existência (ou ausência) de coletividades que permitam uma atuação em escala.

A situação atual apresenta diferentes fragilidades, incluindo as decorrentes da gestão territorial em vigor. As partes interessadas auscultadas nos momentos participativos identificaram a dimensão da propriedade e a dificuldade de atuar coletivamente, seja por desconhecimento do titular dos prédios florestais, seja por razões inerentes à vontade dos próprios proprietários/gestores florestais, seja por um terceiro constrangimento que se assume de relevo mesmo quando os dois primeiros não se colocam: a falta de recursos financeiros que suporte a ação coletiva como um fator limitante para a boa gestão florestal do território. Também a falta de conhecimento e apoio técnico foi amplamente identificada como um constrangimento à mudança num quadro de despovoamento e envelhecimento da população. Este constrangimento tem prevalecido e, com base nas evidências colhidas, será determinante para a continuação da paisagem atual, mantendo-se na ausência de intervenção no território. Os constrangimentos elencados são sentidos a um nível muito local e refletem um sentimento de incapacidade, no quadro regulamentar e financeiro que tem vigorado, de construir

possíveis alternativas de gestão, nomeadamente as aglutinadoras de formas de exploração/ocupação florestal.

O abandono da atividade agrícola e a pulverização do tecido florestal no território são evidentes nas análises expostas anteriormente, em particular no FCD1. Na ausência de intervenção no território, tudo indica que a tendência de prevalência de um minifúndio, muitas vezes voltado ao abandono, perduraria. Na verdade, a discussão em torno do limitado sucesso das ZIF (Zona de Intervenção Florestal) é mantida em torno das dimensões de análise atrás identificadas (Mendes, 2011). As evidências colhidas indicam que na ausência do PRGP SLA a situação se manteria, pois não surgiu nenhuma outra iniciativa de relevo com vista a contrariar a pulverização da propriedade e/ou a sua ocupação cultural. Também a falta de conhecimento e apoio técnico foi amplamente identificada como um constrangimento à mudança num quadro de despovoamento e envelhecimento da população. Este constrangimento tem prevalecido e, com base nas evidências colhidas, será determinante para a continuação da paisagem atual, mantendo-se na ausência de intervenção no território.

O PRGP SLA e o quadro de financiamento associado, em particular o financiamento dirigido à constituição e funcionamento das AIGP, é visto com um vetor facilitador da gestão do território, nomeadamente no que diz respeito ao aumento da escala de exploração enquadrada pelo modelo de ocupação proposto no âmbito das opções estratégicas preconizadas no PRGP SLA. A legislação em vigor destaca como elemento diferenciador do modelo das áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP) a disponibilização de instrumentos financeiros que garantem rentabilidades previsíveis e estáveis a médio prazo. Mais ainda, na elaboração do PRGP SLA, conforme patente no Relatório de Proposta, foi dada ênfase às transformações previstas em cada uma das oito AIGP aprovadas na área abrangida pelo PRGP SLA, que se norteiam pela matriz de transformação proposta para todo o território PRGP SLA.

Por fim, o PRGP SLA também propõe o estabelecimento de estruturas de apoio técnico como pilar estratégico para a transformação da paisagem pretendida, independentemente das opções estratégicas avançadas. A implementação das estruturas de apoio dará resposta ao constrangimento de conhecimento e apoio técnico identificado na caracterização da situação atual, e será um fator determinante na transformação da paisagem. Com base na informação recolhida a proximidade destas estruturas de apoio relativamente às populações deverá ser efetiva.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 10: ARTICULAR INSTRUMENTOS PARA A GESTÃO TERRITORIAL

A caracterização da situação atual e tendências no que respeita a articulação entre instrumentos para a gestão territorial foi realizada por via de uma análise crítica aos diferentes instrumentos em vigor na área abrangida pelo PRGP SLA.

A situação atual crítica, nomeadamente a de risco de incêndio, associada a uma paisagem dominada pela monocultura, aparecimento de espécies invasoras e abandono e/ou falta de gestão florestal indicam desde logo que os instrumentos em vigor com incidência no território abrangido pelo PRGP SLA se mostram ineficazes e desconexos. A degradação da paisagem em redor de áreas protegidas em nada contribui para a sua boa condição e resiliência, por exemplo. Os planos de gestão florestal, nas

situações em que são aplicáveis têm-se revelado insuficientes para travar a ocorrência de incêndios. Do ponto de vista da política agrícola, tem-se verificado que os apoios à gestão e ou mudança de ocupação não tem sido canalizados para a região. As partes interessadas referem a complexidade das medidas como um entrave, mas também a sua desadequação ao território. A situação vigente tem perdurado por décadas, atravessando diferentes quadros comunitários, pelo que se crê que sem uma mudança de paradigma e objetivos estratégicos claros de reconversão da paisagem o ciclo de degradação se manterá.

O PRGP SLA, por via das opções estratégicas preconizadas (cenário 2030 e 2050) e as transformações a elas associadas assentam na salvaguarda e potenciação da estrutura ecológica, aptidão cultural e resistência ao fogo. Deste ponto de vista, o seu contributo para a preservação da biodiversidade e resiliência da paisagem rural, não só face aos incêndios rurais mas também do ponto de vista socioeconómico, é assegurada pelas intervenções propostas. Mais ainda, é desde logo antecipado um quadro financeiro mobilizador da mudança. A implementação das AIGP, que concretizarão as alterações propostas, obedece a um quadro regulatório não assente apenas nos instrumentos em vigor mas também de um próprio que se apresenta capaz de assegurar a conexão de instrumentos e políticas com incidência no território.

Mais ainda, a proposta do PRGP SLA dá expressão a um conjunto de recomendações patentes noutros instrumentos, como sendo a Estratégia Europeia para a Floresta (EEF 2030), o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o Plano Nacional da Gestão Integrada dos Fogos Rurais (PNGIFR), o Plano de Transformação da Paisagem (PTP), a Estratégia Nacional das Florestas (ENF 2030), a Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB 2030), o Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030), o Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2020/2030), o Programa para a Adaptação às Alterações Climáticas (P3AC), o Programa de Revitalização do Pinhal Interior (PRPI), as Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDTR Coimbra e Leiria), e o Plano de Ordenamento da Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor (POAPPSA), e os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) - constituindo-se, assim, um instrumento de articulação de políticas com incidência e relevância no território

OBJETIVO ESTRATÉGICO 11: PROMOVER A CONSCIÊNCIA CÍVICA NA GESTÃO TERRITORIAL

A caracterização da situação atual e tendências no que respeita a promoção da consciência cívica na gestão territorial foi analisada através da determinação do grau de promoção da consciência cívica através da participação e envolvimento dos atores potenciais e do público em geral na formulação das medidas de transformação.

A degradação continua da paisagem nas últimas décadas (ver FCD 2) revela uma quase ausência de gestão e uma tomada de decisão à escala da propriedade. Na área de incidência do PRGP SLA, o histórico de atuação coletiva está restrito às ZIF existentes, que não são isentas dos constrangimentos gerais inerentes a estes instrumentos e que já foram referidos atrás. Não há histórico de mobilização coletiva no que à gestão à escala da paisagem diz respeito.

A transformação da paisagem que o PRGP SLA encerra só será possível com a mobilização dos proprietários/gestores florestais em estreita colaboração com as autarquias e outros agentes locais/regionais. Essa mobilização implica uma mudança de paradigma na gestão florestal e o estabelecimento de uma visão de longo prazo no que à rentabilidade/sustentabilidade da exploração diz respeito. A existência de um quadro financeiro dedicado à transformação é vista como um fator de previsibilidade de *cash-flow* e, portanto, um incentivo face ao passado. O PRGP SLA tem uma comissão de acompanhamento que foi auscultada em evento de apresentação e discussão realizado em Góis. Foi, ainda, efetuada uma sessão de debate sobre o PRGP SLA (e outros) aberta a interessados e peritos em Coimbra. Para além disso foram efetuados vários eventos participativos na área de incidência do PRGP SLA (Arganil, Góis e Castanheira de Pera) onde foram auscultadas as partes interessadas locais que tiveram a oportunidade de expressar a sua visão para o seu território no médio e longo prazo (e que foi integrada no plano).

OBJETIVO ESTRATÉGICO 12: MONITORIZAR E FISCALIZAR

A avaliação deste objetivo estratégico prende-se, sobretudo, com a adequação do plano de monitorização e fiscalização da transformação da paisagem proposto no PRGP SLA.

O PRGP SLA prevê um conjunto alargado de indicadores de monitorização que cobrem dimensões chave para a compreensão da evolução da transformação proposta. A monitorização do PRGP SLA é da competência do fórum intersectorial. A monitorização assenta num sistema que deve ser criado para o efeito pela Direção Geral do Território (DGT), em articulação com o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), enquanto entidades responsáveis pela aplicação do PRGP SLA. Os indicadores propostos estão em linha com a boa prática e atendem às necessidades de monitorização que se anteveem. Do ponto de vista da fiscalização, a proposta do PRGP SLA indica como responsáveis os previstos na legislação, a saber o ICNF e os agentes da autoridade e do sistema judicial, pelo que se considera assegurada. Contudo não é claro de que forma essa fiscalização se vai efetuar nem qual é a cadeia de atuação.

7 Conclusões da Avaliação e Recomendações

Atendendo ao exposto ao longo dos tópicos dedicados à avaliação de cada FCD, apresenta-se no Quadro 6 uma síntese dos principais efeitos expectáveis com a implementação das opções estratégicas do PRGP SLA, por objetivo estratégico, bem como uma apreciação geral, onde se verifica que ambas as opções estratégicas configuram efeitos positivos, no sentido de uma aproximação à situação desejável da paisagem e a sua gestão na região em apreço.

Quadro 6 Síntese dos principais efeitos do PRGP SLA

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	SITUAÇÃO ATUAL	OPÇÕES ESTRATÉGICAS		
		AUSÊNCIA PRGP SLA	PRGP SLA CENÁRIO 2030	PRGP SLA CENÁRIO 2050
1. Promoção da biodiversidade e a sua conservação		↓↓	↑	↑↑
2. Promoção de paisagem com maior valor ambiental		↔	↑↑	↑
3. Promoção de Serviços de Ecossistemas		↓	↑↑	↑
4. Prevenção e redução do risco de incêndio		↓	↑	↑↑
5. Prevenção e redução da exposição aos riscos associados às alterações climáticas	Controlo da Erosão	↓	↑↑	↑↑
	Regulação do Ciclo Hídrico	↔	↑↑	↑↑
6. Prevenção e redução da exposição a agentes bióticos		↓	↑↑	↑
7. Fomentar a atratividade e a fixação da população		↓	↑↑	↑
8. Diversificar a economia local		↔	↑↑	↑
9. Articular competências na gestão territorial		↔	↑	↑
10. Articular instrumentos para a gestão territorial		↔	↑	↑
11. Promover a consciência cívica na gestão territorial		↓	↑↑	↑↑
12. Monitorizar e fiscalizar	<i>n.a.</i>	<i>n.a.</i>	↑	↑
APRECIÇÃO GERAL			↓	↑↑

LEGENDA

Situação atual	Distância à situação desejável	Muito distante	Distante	Próximo	Muito Próximo
	↓↓	↓	↔	↑	↑↑
Tendência de evolução e avaliação estratégica de efeitos	Muito negativa – afastamento da situação desejável	Negativa - afastamento da situação desejável	Sem alteração significativa	Positiva – aproximação da situação desejável	Muito positiva - aproximação da situação desejável

Do exposto, e pese embora as considerações elaboradas na avaliação por FCD, concluiu-se que o PRGP SLA constitui-se como um instrumento de transformação da paisagem que demonstra um contributo essencial para a promoção da biodiversidade, para a melhoria e promoção da resiliência da paisagem rural, para a atratividade e o desenvolvimento e para a gestão sustentável do território na região em apreço.

Recomendações

Atendendo às orientações e metas relevantes identificadas em sede de Relatório Diagnóstico e, ainda, face à síntese da Avaliação apresentada no ponto anterior, é possível tecer um conjunto de diretrizes e recomendações à implementação o PRGP SLA.

Da avaliação efetuada (nomeadamente dos efeitos e do estabelecimento do plano de seguimento e monitorização) resulta que a aplicação e implementação do PRGP SLA deve atender de forma criteriosa a um conjunto de aspetos que se sintetizam de seguida. Dada os objetivos do PRGP SLA, é particularmente relevante a observação em contínuo das alterações do uso do solo e da sua gestão. Para que os objetivos do PRGP SLA sejam amplamente atingidos a gestão deve ter escala e assentar em iniciativas de base coletiva e acolher as orientações do programa.

Dado o modelo de financiamento subjacente à reconversão da paisagem, e a sua importância para uma transformação efetiva, é importante assegurar as dotações necessárias e a sua continuidade num horizonte temporal compatível com o ciclo de gestão e transformação da paisagem.

É especialmente relevante assegurar as condições para uma boa governança que deve basear-se nos seguintes princípios: transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência. No âmbito da governança assume-se como fulcral o apoio técnico e a mobilização de atores, em particular proprietários/gestores florestais e outras entidades de proximidade como autarquias. O apoio técnico foi claramente identificado como limitante para a transformação pelas partes interessadas.

Sem prejuízo do atrás exposto deve ser constituída uma estrutura capaz de assegurar o plano de monitorização do programa e da AAE. Eventuais desvios face aos objetivos estratégicos devem ser analisados e corrigidos prontamente. O fórum intersectorial tem um papel fundamental neste domínio do acompanhamento.

8 Referências

- DGT (2021) Formação dos planos territoriais: Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental. Versão 0 (Março 2021). ISBN 978-989-8785-24-4
- Partidário, M.R. (2012) *Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas para um pensamento estratégico em AAE*. Agência Portuguesa do Ambiente e Redes Energéticas Nacionais. Lisboa.

9 Glossário

Fatores Críticos para a Decisão (FCD)	<p>Os FCD constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar, uma vez que identificam os aspetos que devem ser considerados pela decisão na conceção da estratégia do Plano/Programa em apreço e das ações que a implementam, para melhor satisfazer objetivos socio-ambientais e um futuro mais sustentável.</p>
Objetivos Estratégicos	<p>Elemento da AAE definido em sede de Relatório de Definição de Âmbito que corresponde aos objetivos aos quais deve responder a implementação do Plano/Programa em apreço de forma a melhor satisfazer objetivos socio-ambientais e contribuir para um futuro mais sustentável. Os objetivos estratégicos são definidos por FCD.</p>
Quadro da Avaliação	<p>Elemento da AAE definido em sede de Relatório de Definição de Âmbito que integra a definição das QE e dos FCD, bem como os critérios de avaliação e indicadores a serem mobilizados em sede de Relatório Ambiental.</p>
Quadro de Governança	<p>Elemento da AAE definido em sede de Relatório de Definição de Âmbito que integra a identificação dos principais atores a envolver na AAE, para determinação dos níveis de responsabilidades e competências (formais e informais) que sejam relevantes para a mesma, designadamente quais podem ser os vazios e sobreposições de competências.</p>
Quadro de Referência Estratégico (QRE)	<p>Elemento da AAE definido em sede de Relatório de Definição de Âmbito que integra o referencial da avaliação em função do seu macro enquadramento com outros planos e programas relevantes e com as macropolíticas europeias, nacionais, regionais e setoriais que enquadram o desenvolvimento da área abrangida, e que representam não apenas compromissos a cumprir mas também linhas orientadoras de futuro relevantes para a sustentabilidade da região abrangida pelo Plano/Programa em apreço.</p>
Quadro Problema	<p>Elemento da AAE definido em sede de Relatório de Definição de Âmbito que integra a caracterização da região abrangida pelo Plano/Programa em apreço através da identificação da problemática que condiciona o desenvolvimento sustentável na região, em particular os principais problemas e oportunidades que determinam a evolução da paisagem.</p>
Questões Estratégicas (QE)	<p>Conjuntura estratégica do Plano/Programa em apreço, atendendo aos seus objetivos estratégicos e aos desafios que pretende responder, determinando as linhas de força que devem orientar a sua implementação.</p>
Temas Ambientais	<p>Os temas a considerar em sede de AAE para determinação dos eventuais efeitos significativos de um Plano/Programa a ela sujeito que estão dispostos na alínea e) do ponto 1 do artigo 6º da Diretiva de AAE (DL 232/2007 de 15 de junho), sendo “a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os fatores climáticos, os bens materiais, o património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, a paisagem e a inter-relação entre os fatores supracitados.”</p>